

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
CURSO DE DIREITO

# **PREGÃO ELETRÔNICO**

EDILANE DEL RIO COPALO

RECIFE  
2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
CURSO DE DIREITO

# **PREGÃO ELETRÔNICO**

Dissertação apresentada á Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Direito Privado.

Orientador: Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti Prof. Dr.

RECIFE  
2002

*“As palavras dos sábios são como agulhões, e como pregos bem fixados, as sentenças coligidas, dadas pelo único Pastor. Demais, filho meu, atenta: não há limite para fazer livros, e o muito estudar é enfado da carne.”*

**Eclesiastes 12: 11 e 12**

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todos os que contribuíram para a realização deste trabalho, desculpando-me se incorrer na falta de esquecer alguém.

Inicialmente, agradeço ao Senhor Jesus Cristo por ter-me dado forças para prosseguir adiante.

Foram particularmente importantes:

- O Prof. Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti;
- A Prof<sup>a</sup>. Raquel Dias e o Prof. Ismael Rodrigues Pereira, Coordenador-Geral da Pós-Graduação do ICAT/AEUDF;
- O Prof. Raimundo Juliano Rêgo Feitosa, Coordenador da Pós-Graduação em Direito da UFPE;
- O Prof. Demócrito Reinaldo Filho, Presidente do IBDI;
- O Corpo Docente do Mestrado;
- O Corpo funcional do ICAT/AEUDF, sempre atencioso;
- Os colegas da multifacetada segunda turma do Mestrado;
- O Prof. Reinaldo Lima Reis, um grande incentivador;
- As colegas do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados e, em especial, a Maria Aparecida Lima, pela colaboração nas pesquisas jurídicas;
- O Prof. José Oliveira Anunciação, pela revisão gramatical do trabalho;
- As pessoas que direta ou indiretamente me ajudaram: Newton Eduardo Santana, Helena Dias do Nascimento, Maria do Carmo Reis; Adelaide Lopes Frossard e

Ulisses Frossard, pela colaboração nas discussões jurídicas e revisão do trabalho;

- Os meus: minha mãe, meu pai, minhas irmãs Vânia Margareth e Denise Cristina.

## RESUMO

O objetivo principal desta dissertação é a análise da situação atual do Ordenamento Jurídico brasileiro, com respeito às normas de segurança nas aplicações da assinatura digital no âmbito da Internet.

A preocupação basilar que permeou a investigação foi o reconhecimento incontestável do fato de que o desenvolvimento tecnológico tem trazido inúmeros benefícios, em especial pelo emprego das tecnologias da informação e comunicação em aplicações governamentais.

Entre as principais conclusões, registra-se a certeza de que a regulamentação técnica e jurídica da Internet não é excludente, embora a maioria dos estudos aborde o tema de forma contrária. Com relação à abordagem jurídica, aqui privilegiada, no tocante ao pregão, podemos afirmar que não haveria grande dificuldade, à luz do texto estatutário vigente, em acomodá-lo de forma definitiva à Carta Magna, unificando as diversas modalidades e produzindo regras que se prestassem, em situações específicas, amparadas pelo interesse público, à agilização dos respectivos procedimentos administrativos.

## ABSTRACT

The main objective of this dissertation is the analysis of the current situation of the Brazilian Legal system, with respect to the norms of security in the applications of the digital signature in the scope of the InterNet.

The fundamental concern that permeate the inquiry was the undisputed recognition of the fact of that technological development has brought innumerable benefits, in special for the job of the technologies of the information and communication in governmental applications.

Among the main conclusions, it is registered certainty of that the regulations legal technique and of the InterNet are not exculpatory, even so the majority of the studies approaches of contrary form. With relation to the legal boarding, here privileged, in the moving one to the pregão, we can affirm that it would not have great difficulty, to the light of the effective statutory text, in accomodating it of definitive form to the Great Letter, unifying the diverse modalities and producing rules that if gave, in specific situations, supported for the public interest, to the agility of the respective administrative procedures.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRANET – Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet

ACACIA – Comunidades e a Sociedade da Informação na África

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

APNIC – Asia Pacific Network Information Center

ARIN – American Registry for Internet Numbers

ARPANET – Research Projects Agency Network

B2B – Business To Business

B2C – Business To Consumer

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CC – Código Civil

CCT – Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia

CD-ROM – Compact Disc / Read Only Memory

CDC – Código de Defesa do Consumidor

CE – Comunidade Européia

CF – Constituição da República Federativa do Brasil

CG – Comitê Gestor da Internet no Brasil

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CP – Código Penal

CPC – Código de Processo Civil

CPP – Código de Processo Penal

DASD – Direct Access Storage Device

DNS – Domain Name System

DPN – Domínio de Primeiro Nível



DOE – U.S. Department of Energy

DoS – Denial of Service

DQDB – Distributed Queue Dual Bus

DVD – Digital Video Disc

EDI – Eletronic Data Interchange

EPA – U.S. Environmental Protection Agency

EPROM – Erasable Programmable Read Only Memory

EUA – Estados Unidos da América

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FTP – File Transfer Protocol

G7 – Grupo dos sete países mais ricos do mundo

GATT – General Agreement on Tariffs and Trade

GII – Global Information Infra structure

HPCC – High Performance Computing and Communications

HTML – HyperText Markup Language

HTTP – HyperText Transport Protocol

IAB – Internet Architecture Board

IANA – Internet Assigned Numbers Authority

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICANN – Internet Corporation for Assigned Names and Numbers

IDC – International Data Corporation

IDRC – International Development Research Centre

IESG – Internet Engineering Steering Group

IETF – Internet Engineering Task Force

IP – Internet Protocol

IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física

INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial

IRTF – Internet Research Task Force

ISAD – Information Society and Development Conference

ISO – International Standards Organization

ISOC – Internet Society

ISTF – Internet Societal Task Force

LAN – Local Area Network

LDA – Lei de Direito Autoral

LICC – Lei de Introdução ao Código Civil

LPI – Lei da Propriedade Industrial

MAN – Metropolitan Area Network

MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

MC – Ministério das Comunicações

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MF – Ministério da Fazenda

MIT – Massachusetts Institute of Technology

MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MPANE – Mestrado Profissionalizante em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste

MS – Ministério da Saúde

NASA – National Aeronautics and Space Administration

NGI – Next Generation Internet

NII – National Information Infrastructure

NNTP – Network News Transfer Protocol

NSF – National Science Foundation

NSI – Network Solutions, Inc

NTIA – National Telecommunications and Information Administration

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual

ONG – Organização Não Governamental

OSI – Open Systems Interconnection

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PANIX – Public Access Networks Corporations

PC – Personal Computer

PROM – Programmable Read Only Memory

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RAM – Random Access Memory

RIPE NCC – Réseaux IP Européens Network Coordination Centre

RNP – Rede Nacional de Pesquisa

ROM – Read Only Memory

SAIC – Stanford Artificial Intelligence Center

SASD – Sequencial Access Storage Device

SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados

SGBD – Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados

SI – Sistema de Informação

SMTP – Simple Mail Transfer Protocol

SOCINFO – Programa Sociedade da Informação

SQL – Structured Query Language

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TI – Tecnologia de Informação

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

TCP – Transmission Control Protocol

TRIPs – Trade Related Intellectual Property Rights

UCAID – University Corporation for Advanced Internet Development

UCP – Unidade Central de Processamento

UDP – User Datagram Protocol

UE – União Européia

UNDP – United Nations Development Programme

URL – Uniform Resource Locator

WAN – Wide Area Network

WIPO – World Intellectual Property Organization

WWW – World Wide Web

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
Pregão Eletrônico .....	16
 <b>CAPÍTULO I</b>	
<b>TERCEIRA ONDA .....</b>	<b>21</b>
1.1 A Era da Informação .....	21
1.2 A Sociedade da Informação .....	25
1.2.1 As Implicações Sociais da Sociedade da Informação .....	27
1.2.2 As Principais Iniciativas no Mundo .....	29
1.2.3 A Sociedade Brasileira da Informação .....	36
1.3 A Internet .....	40
1.3.1 A Internet no Brasil .....	47
 <b>CAPÍTULO II</b>	
<b>O DIREITO E A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA .....</b>	<b>49</b>
2.1 A Economia Informacional .....	49
2.2 Negócios Eletrônicos .....	51
2.3 Comércio Eletrônico .....	52
2.3.1 Comércio Eletrônico no Brasil .....	54
2.3.2 A Empresa em Rede .....	55
2.3.3 Contratos Eletrônicos .....	58
 <b>CAPÍTULO III</b>	
<b>ICP-BRASIL – INFRA-ESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA ...</b>	<b>63</b>
3.1 O Documento Físico .....	63

3.2 Documento Eletrônico .....	67
3.3 Governo Eletrônico .....	68
3.3.1 Sistemas Aplicativos .....	72
3.3.1.1 Arrecadação Fazendária .....	72
3.3.1.2 A Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo .....	72
3.3.1.3 Projeto Interlegis, do Senado Federal .....	73
3.3.1.4 ComprasNet, do Ministério do Planejamento .....	73
3.4 A Criptografia e a segurança .....	74
3.5 ICP-Brasil: finalidade e repercussão .....	77
3.6 ICP-Brasil: estrutura e legislação .....	84
3.7 Regulamentação do comércio eletrônico em alguns países e por organismos internacionais .....	88
3.8 Algumas iniciativas de projetos de lei brasileiros .....	94

## **CAPÍTULO IV**

<b>O PREGÃO .....</b>	<b>105</b>
4.1 Introdução .....	105
4.2 Histórico.....	108
4.3 Princípios aplicáveis à licitação .....	115
4.4 A questão constitucional de sempre: norma geral ou procedimental? .....	118
4.5 Relação com o regime da Lei n.º 8.666/93: subsidiariedade .....	122
4.6 O objeto do pregão: compras e serviços “comuns” .....	123
4.7 O pregão e os tipos de licitação: conciliação e exclusão .....	126
4.8 O procedimento do pregão: afinidades e particularidades em face das licitações do tipo menor preço .....	129
4.8.1 afinidades .....	129

4.8.1.1 fases .....	130
4.8.1.2 processo .....	136
4.8.1.3 medidas preparatórias .....	136
4.8.1.4 convocação .....	138
4.8.1.5 desclassificação das propostas .....	140
4.8.1.6 menor preço .....	143
4.8.1.7 homologação e adjudicação .....	143
4.8.1.8 taxas e emolumentos .....	145
4.8.1.9 publicidade .....	145
4.8.2 particularidades .....	145
4.8.2.1 o julgador do pregão .....	146
4.8.2.2 as atribuições do pregoeiro .....	147
4.8.2.3 o edital .....	150
4.8.2.4 os documentos de habilitação .....	152
4.8.2.5 o recurso .....	156
4.8.2.6 as penalidades .....	158
4.8.2.7 convocação para contratar e prazo de eficácia da proposta .....	161
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>163</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>169</b>
<b>GLOSSÁRIO .....</b>	<b>175</b>